



## GABINETE DO VEREADOR JOELSON DO POTE

## INDICAÇÃO LEGISLATIVA

Sr. Presidente:

SOLICITA, na forma regimental, à Mesa Diretora, o envio de mensagem ao Exmo. Sr. Prefeito, devidamente fundamentada, cujo escopo é atender os objetivos do seguinte anteprojeto de lei:

## ANTEPROJETO DE LEI

Dispõe sobre a concessão de isenção de tributos municipais aos comerciantes localizados nas proximidades da Ponte de Conselheiro Paulino, na Rua Clarinda da Rosa Teixeira, e do Jardim Califórnia, na Rua Joaquim da Rosa Pinheiro, em razão da interdição das vias para execução de obras públicas, e dá outras providências.

- Art. 1º Fica concedida isenção dos tributos municipais incidentes sobre os estabelecimentos comerciais localizados nas proximidades da Ponte de Conselheiro Paulino, na Rua Clarinda da Rosa Teixeira, e do Jardim Califórnia, na Rua Joaquim da Rosa Pinheiro, que tiverem suas atividades econômicas diretamente prejudicadas em decorrência do fechamento total ou parcial das vias para execução de obras públicas.
- Art. 2º A isenção prevista nesta Lei abrangerá o período correspondente à duração da interdição total ou parcial da via.
- Art. 3º Para fazer jus ao benefício, os comerciantes deverão protocolar requerimento junto à Secretaria Municipal de Finanças, instruído com:
- I comprovante de inscrição municipal e de regularidade da empresa;
- II documentação que comprove a localização do estabelecimento na área diretamente afetada pela interdição.
- Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, estabelecendo os procedimentos e critérios complementares necessários à sua execução.

Art. 5° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Joelson José de Almeida Martins

Vereador - PDT





## Justificativa:

O presente Anteprojeto de Lei tem por finalidade conceder isenção de tributos municipais aos comerciantes localizados nas proximidades da Ponte de Conselheiro Paulino e do Jardim Califórnia na Rua Joaquim da Rosa Pinheiro, em razão dos prejuízos econômicos decorrentes do fechamento da via para a execução de obras públicas.

É de conhecimento público que o fechamento total ou parcial da via principal daquela localidade tem causado graves impactos à atividade econômica da região, uma vez que o fluxo de pedestres e veículos — essencial para o funcionamento do comércio — foi significativamente reduzido. Diversos comerciantes relataram queda expressiva no faturamento e dificuldade para manter suas obrigações fiscais e trabalhistas em dia, comprometendo a sustentabilidade de seus negócios e a manutenção de empregos locais.

A proposta busca, portanto, mitigar os efeitos econômicos negativos provocados por uma situação temporária e excepcional, não imputável aos empreendedores locais, mas decorrente de uma intervenção pública necessária para a melhoria da infraestrutura urbana. A isenção de tributos municipais, durante o período de interdição, representa uma medida de justiça fiscal e solidariedade administrativa, reconhecendo o papel do poder público em amparar os contribuintes em momentos de dificuldade excepcional.

A iniciativa não tem caráter permanente, mas temporário e compensatório, limitado ao período em que perdurar a interdição da via, evitando, assim, impactos significativos na arrecadação municipal.

Dessa forma, a medida proposta visa equilibrar o interesse público na realização das obras com a necessidade de preservar a atividade econômica local e os empregos, contribuindo para a manutenção da vitalidade comercial do bairro e para a justiça social e fiscal no âmbito do Município de Nova Friburgo.

Pelo exposto, solicita-se o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Anteprojeto de Lei, por tratar-se de iniciativa de relevante interesse público e de inequívoca justiça social.

Joelson José de Almeida Martins

Joelson do Pote Vereador - PDT